

I SÉRIE



DIÁRIO DA EXPOSIÇÃO

Sábado, 11 de Setembro de 2010

Número Único

“Os Deputados Pampilhosenses ao Parlamento Português (1822-1976)”

11 de Setembro a 15 de Outubro de 2010

Mensagem de boas-vindas

Quando há cerca de um ano atrás nasceu a Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra (AJPS), não era ainda claro o ideário que a deveria nortear.

O passar do tempo e o amadurecimento do projecto fizeram perceber que a sua actividade não se deveria limitar ao campo do jurídico, mas alargar-se a outros sectores e a outros objectivos.

A exposição que ora se apresenta situa-se neste plano de abrangência.

A descoberta de que a memória do tempo pampilhosense também tem reflexos de dimensão nacional, criou a convicção e a necessidade de evocar todos aqueles que, com ligação à nossa terra, num momento ou noutra da História Portuguesa, se vieram a encontrar no debate parlamentar.

Sensível à importância dos órgãos de soberania, e em particular do Parlamento Nacional, órgão legislativo por excelência, a AJPS quis prestar uma homenagem aos Deputados da Nação, pampilhosenses que ali souberam sempre com elevação e sentido de Estado representar o povo, como se impunha, e quantas vezes ser o veículo das suas aspirações e anseios junto dos poderes centrais.

É com este espírito que todos são convidados a acompanhar a exposição.

O trabalho de pesquisa que ela representa ajuda a conhecer melhor cada um dos Deputados Pampilhosenses que é retratado.

E, com esse conhecimento, a compreender e dar maior clareza ao que foi o passado, e é o presente, do concelho de Pampilhosa da Serra.

A AJPS tributa a sua profunda gratidão a todos os que, com o seu contributo, permitiram concretizar esta iniciativa, pessoas e instituições sem a cooperação das quais ela não teria sido possível.

Palavra especial ao Arquivo Histórico Parlamentar, pela sua disponibilidade inextinguível.

Especial agradecimento, ainda, à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na pessoa do seu Presidente, pelo seu estímulo e apoio, sempre presentes.

A terminar, um agradecimento sincero a todos, pampilhosenses ou não, que querem estar connosco e visitar esta nossa exposição.

Sairão, seguramente, mais enriquecidos com o conhecimento daqueles que foram Deputados Pampilhosenses e cujo exemplo o lastro do tempo não consegue apagar.

Luís Filipe Brites Lameiras
(Presidente da Direcção da AJPS)

José Acúrsio das Neves (1766-1834) Deputado às Cortes de 1822 (1822-1823)



Nasceu a 14 de Dezembro de 1766 na aldeia de Cavaleiros de Baixo, no antigo concelho de Fajão (hoje uma freguesia de Pampilhosa da Serra), e foi encontrado morto a 6 de Maio de 1834, nas imediações de Sarzedo (Arganil).

A 30 de Outubro de 1782 matriculou-se no 1.º ano da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, tendo concluído a sua licenciatura com boas classificações. A Mesa do Desembargo do Paço marca o princípio da sua carreira na magistratura e ao mesmo tempo o início da sua produção literário-ensaística. Em 1795 é enviado para a cidade de Angra, em primeiro lugar como juiz de fora (1795 a 1799) e em seguida como corregedor (1799 a 1802).

Regressa ao continente em 1807, assistindo em Lisboa à fuga da corte para o Brasil e a invasão francesa. No ano seguinte refugia-se na Beira, onde publica 12 opúsculos destinados a inflamar os portugueses contra as forças ocupantes. Em 1810 D. João VI nomeia José Acúrsio das Neves para o cargo de desembargador da Relação do Porto, sem vencimento, e com exercício no lugar de Deputado e Secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, de Deputado da Direcção da Real Fábrica das Sedas e Obra das Águas Livres, e Deputado da Junta de Liquidação dos Fundos da Extinta Companhia do Pará e Maranhão. A “História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino”, a sua primeira obra de vulto, é publicada durante o

desempenho destas funções.

Na sequência da revolução liberal de 1820 e das inimizades que entretanto acumulara, José Acúrsio das Neves é afastado dos principais cargos que ocupava. Em 1822 é eleito para as Cortes Ordinárias, como deputado por Arganil, tendo ficado conhecido pela defesa que fez à rainha Carlota Joaquina.

No início de 1833 deixa a capital do reino e regressa à província, a fim de fugir da epidemia de cólera que afectava Lisboa. Fixa-se em Sarzedo (concelho de Arganil), de onde era natural o seu avô paterno e era proprietário de bens, onde viria a falecer, sozinho e abandonado num palheiro onde se refugiava habitualmente das perseguições que na Beira se levavam a cabo contra os apoiantes da causa miguelista.



Francisco Caetano das Neves e Castro Sênior Deputado à Câmara dos Deputados (1845-1846)



Nasceu em Pampilhosa da Serra e era filho de Francisco Caetano das Neves. Seguiu a carreira de armas, atingindo os postos de capitão de ordenanças em Álvaro, no actual concelho de Oleiros, e de capitão da 1.ª Companhia do Batalhão de Voluntários Realistas de Arganil.

Convertido ao liberalismo, foi eleito em 1845 para a legislatura que decorreu entre Janeiro e Março de 1846, pelo colégio da província da Beira Baixa. Prestou juramento no dia 26 de Janeiro de 1846 e foi escolhido para integrar a Comissão de Agricultura.

(texto retirado de “Dicionário Biográfico Parlamentar (1934-1910)”)

José Maria Cardoso (1885-1959)
Deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1911)
Deputado à Câmara dos Deputados (1911 a 1915 e 1921)



Nasceu em Fajão a 3 de Agosto de 1885 e faleceu em Lisboa a 3 de Abril de 1959. Aprendeu as primeiras letras na sua terra natal, frequentou o seminário, vindo a formar-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, em Agosto de 1912.

Casou na Lousã e por lá se fixou a partir de 1912, tomando-se em breve um dos seus filhos adoptivos mais queridos.

Com entusiasmo e admirável dedicação foi presidente da Câmara Municipal da Lousã entre 1926-1929 deixando um legado de obras de reconhecido valor.

(texto de Patrícia Lima)



Júlio Gonçalves (1886-1964)
Deputado à Câmara dos Deputados (1922 a 1925)



Nascido em Setembro de 1886, Júlio Gonçalves frequentou o Seminário de Coimbra, onde fez os estudos teológicos. Porém, em 1909 abandona o dito seminário e completa os estudos secundários no Liceu de Coimbra. Posteriormente matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, obtendo a licenciatura em 1912.

Foi administrador do concelho do Carregal do Sal, acumulando essas funções com as de oficial do Registo Civil. Porém, no ano de 1918 fixa residência na Figueira da Foz e ali abre escritório de advogado, tendo igualmente exercido as funções de notário naquela cidade. Inseriu-se profundamente na sociedade local figueirense, tendo assinalada passagem pelo Ginásio Clube Figueirense, pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz e pelo Rotary Clube de Figueira da Foz.

O antigo deputado da 1.ª República faleceu em 1964 na cidade que adoptou, conforme profetizara em 1935: “Aqui conheci o mar e, à beira dele, as primeiras ilusões de menino e moço; aqui adquiri a experiência, gerada no trabalho e nos desenganos; cá me nasceram os filhos e os cabelos brancos, e, finalmente, aqui à luz e ao calor deste sol incomparável e sob o azul deste céu de amor e de poesia, adormecerei, certamente, para o sono derradeiro...”

(texto de António Amaro Rosa)



José Fernando Nunes Barata (1927-1998)
Deputado à Assembleia Nacional
(1957 a 1969 e 1973 a 1974)
Procurador à Câmara Corporativa
(1969 a 1973)



Nasceu em 30 de Agosto de 1927, na vila de Pampilhosa da Serra, filho de José Augusto Nunes Barata, tesoureiro da Fazenda Pública, e de Maria da Anunciação Lucas Barata, professora na escola do Cabril.

Frequentou o ensino primário na sua terra natal, e o ensino secundário e universitário em Coimbra, sempre como aluno distinto. Licenciou-se em Direito em 1951 e foi logo nomeado Conservador do Registo Civil interino em Pampilhosa da Serra, com as funções inerentes de Juiz do Julgado Municipal. Simultaneamente preparava-se para a pós-graduação em Ciências Político-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Em Outubro de 1952, aos 25 anos de idade, foi nomeado Chefe de Secretaria da Câmara Municipal de Coimbra, cargo que desempenhou com grande competência até Junho de 1957.

Em 1957, fundou (em colaboração com Joaquim de Oliveira Lírio) a “Revista de Direito Administrativo”, de que foi director e proprietário até 1971. Aliás, muito precocemente desenvolveu grande actividade intelectual, designadamente colaborando em várias revistas, jornais, enciclopédias, conferências, actividade que manteve ao longo de toda a vida.

Em Junho de 1957 toma posse como Inspector Administrativo do então Ministério do Interior. Em poucos meses depois, com 30 anos de idade, entra como Deputado na então Assembleia Nacional, actividade que manteve em quase todas as legislaturas até 1974.

Em 1975 emigra para o Brasil, onde lecciona durante mais de dois anos, como Professor Universitário Convidado nas Universidades Estatal e Particular de Belém do Pará, a cadeira de Direito Comparado em Cursos de Pós-Graduação.

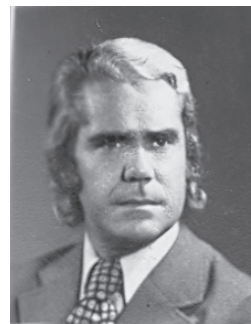
Em finais de 1977, regressa a Lisboa. Assume então as funções de Coordenador do Gabinete Jurídico-Económico da União de Associações da Indústria Hoteleira e Similares de Portugal, para que fora convidado. Paralelamente, exerce a advocacia no seu escritório em Lisboa, actividade que manteve até à sua morte. Continuou sempre a colaborar activamente em várias obras, jornais regionais e publicações, das quais se destacam a “Enciclopédia Polis”.

Morre a 3 de Maio de 1998, vítima de doença súbita, encontrando-se sepultado no cemitério de Pampilhosa da Serra, em campa da família. Manteve sempre a ligação à terra de origem, legando a sua biblioteca particular à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, colocando os seus oito mil volumes ao serviço da população. Na Biblioteca Municipal Dr. José Fernando Nunes Barata encontram-se as obras publicadas de que foi autor.

(texto de Ana Barata de Brito)



Mário de Deus Branco (1924-2009)
Deputado à Assembleia Constituinte (1975-1976)



Mário de Deus Branco nasceu a 22 de Maio de 1924, em Janeiro de Baixo.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Coimbra, em 1950. Foi magistrado do Ministério Público em Mogadouro, em Celorico da Beira, e em Cabo Verde e Angola; e Juiz de Direito na comarca de Moçâmedes, em Angola, de 1957 a 1962. Tendo regressado ao Continente, em Outubro de 1962, foi para a cidade de Castelo Branco, onde se instalou para exercer advocacia, tendo conquistado merecido prestígio. Foi Presidente da Delegação da Ordem dos Advogados da comarca de Castelo Branco, durante três anos. O Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados distinguiu-o com uma homenagem pública, pela sua conduta irrepreensível como advogado.

Participou, activamente, na campanha que teve lugar, em Outubro de 1969, para a eleição de Deputados à então denominada Assembleia Nacional, em que a oposição do distrito de Castelo Branco ao regime ditatorial apresentou candidatos. Fez parte da Comissão Organizadora e presidiu à Sessão Pública de Comemoração do 25.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Castelo Branco.

Face à sua destacada actividade política, antes e depois do 25 de Abril, foi escolhido, com indiscutível mérito, como candidato a deputado à Assembleia Constituinte, pelo Partido Socialista, que ajudou a instalar, no concelho de Castelo Branco, logo em Junho de 1974. Como Deputado Constituinte, trabalhou, empenhadamente, na matéria sobre organização e competência dos tribunais, fazendo parte da comissão especializada que elaborou o respectivo projecto, que foi discutido e aprovado pelo Plenário da Assembleia Constituinte.

Participou no 1.º Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, tendo sido Chefe de Gabinete do Secretário de Estado de Turismo, Luís Filipe Madeira. Tendo regressado à actividade forense, foi membro da Assembleia Municipal do concelho de Castelo Branco, em representação do Partido Socialista, onde contribuiu, eficazmente, para a solução dos problemas do município.

Faleceu no dia 25 de Abril de 2009, com 84 anos, vítima de doença prolongada. “Estudioso da natureza humana e dos problemas de Portugal, fez parte de um escol de portugueses que decidiu, corajosamente, combater o regime ditatorial que nos governava, correndo sérios riscos”, refere o voto de pesar aprovado pela Assembleia da República.

(texto de António Amaro Rosa)

Exposição
“Os Deputados Pampilhosenses ao Parlamento Português (1822-1976)”
patente ao público de 11 de Setembro a 15 de Outubro de 2010
Sala de Exposições Temporárias do Edifício Multíusos “Monsenhor Nunes Pereira”
Rua Rangel de Lima – Pampilhosa da Serra

Organização
AJPS – Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra
Rua das Escolas Gerais, n.º 82, 1100-220 Lisboa
Telefone/Fax - 218 861 082 - www.ajps.pt - mail@ajps.pt

Edição
António Amaro Rosa

Paginação
Elisabete Maria Gaspar Vicente